

## RESOLUÇÃO Nº 1099/2014 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 22767, em nome de Expresso São José do Tocantins Ltda, conforme Processo nº 2012000029000067.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR

Considerando o disposto na Lei nº 14.480, de 16 de julho de 2003, que dispõe sobre o transporte intermunicipal clandestino de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que Expresso São José do Tocantins Ltda, infringiu o art. 1º, inciso I, da Lei nº 14.480/2003, por executar transporte intermunicipal clandestino de passageiros, como serviço remunerado, no percurso Goiânia/Anápolis, foi autuada em 07/12/2011, nos termos do auto de infração nº 22767,

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 25/04/2014,

### R E S O L V E:

Art. 1º Manter o auto de infração nº 22767, em nome de Expresso São José do Tocantins Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 25 dias do mês de abril de 2014.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador

TJAB